

**FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

CARDOSO, Darci Burlandi. Darci Burlandi Cardoso (depoimento, 2014). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (1h 50min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO e FGV PROJETOS. Apoio: FGV/ CPDOC. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Darci Burlandi Cardoso
(depoimento, 2014)**

Rio de Janeiro

2014

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Manuela Rodrigues Fantinato; Talita de Siqueira Marçal;

Levantamento de dados: Guilherme Mello; Manuela Rodrigues Fantinato; Talita de Siqueira Marçal;

Pesquisa e elaboração do roteiro: Guilherme Mello; Manuela Rodrigues Fantinato; Talita de Siqueira Marçal;

Técnico de gravação: Ninna Carneiro;

Local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil;

Data: 2/6/2014 a 2/6/2014

Duração: 1h 50min

Arquivo digital - áudio: 1;

Entrevista realizada no contexto do projeto “Memória e história da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro”, desenvolvido pela FGV Projetos em parceria com o CPDOC e viabilizado da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, em 2014. O projeto visa, a partir dos depoimentos cedidos, a publicação de um livro.

Temas: Anos 1990; Anos 2000; Defensoria Pública Estadual; Economia; Formação profissional; Inclusão digital; Rio de Janeiro (estado); Sérgio Cabral;

Sumário

Trajetória pessoal e profissional da entrevistada; reflexões sobre o panorama socioeconômico do país e do estado na década de 1990 e o papel da Defensoria Pública; desafios e conquistas da coordenação institucional da Defensoria Pública estadual nos anos 2000; apontamentos sobre a Diretoria de Tecnologia da Informação (TI) como instrumento de divulgação do trabalho da instituição e o acesso digital à justiça; implantação da Central de Atendimento ao Cidadão (CRC); funções e finalidades da Ouvidoria Geral da Defensoria Pública estadual: principais demandas e reivindicações da classe dos defensores públicos e da população assistida; panorama e reflexões sobre a atuação dos núcleos de atendimento especializado da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro; balanço administrativo e gerencial da instituição e relacionamento com os Governos de Sérgio Cabral; projetos e perspectivas de modernização da instituição; tendências de atuação da defensoria pública.

Entrevista: 2 de junho de 2014

M.F. – Doutora Darci, para começar, conta um pouco da sua trajetória pessoal, o que faziam seus pais, e por que a senhora escolheu essa profissão. Quando e por quê.

D.B. – Sim. Meu pai é falecido, era militar da Aeronáutica; a minha mãe, do lar; e sou de uma família de oito filhos, em que... Meu pai, como militar, ele não era um cidadão rico e também não era miserável, e eu morei muitos anos na Ilha do Governador, na Vila Militar, e uma vida tranquila, dentro daqueles padrões antigos, porque eu tenho 62 anos. E eu nem sonhava em saber o que era Polícia, Justiça, absolutamente nada disso. Mas eu tive que trabalhar cedo, para poder sustentar os meus estudos, com muita dificuldade. Teve algumas intercorrências familiares, nesse período da minha juventude, e eu tive que trabalhar cedo para poder estudar. Estudei com muita dificuldade, com muita dificuldade. Porque meu pai, na verdade, ele não era nem brasileiro, ele veio na época da guerra para cá, e minha avó o registrou aqui de novo. Por isso é que ele foi militar. Senão não poderia ser, não é?

M.F. – É. Isso que eu ia perguntar.

D.B. – Meu pai era belga, era da Bélgica, era belga. A cabeça deles é bem diferente. Quem passou períodos de guerra, viveu na guerra sabe, é uma diferença muito grande da gente: eles dão valor a absolutamente tudo na vida. Minha avó dava, passou isso para meu pai, meu pai pequeno ainda, e foi uma coisa que... Porque meu pai disse: “Cada um tem que ter as coisas com o suor do seu rosto. O que eu posso dar é até aqui”. E comecei a trabalhar, fui bancária por algum tempo, depois eu casei. Mas só que eu comecei a trabalhar cedo. Aí engravidei, comecei a não me sentir muito bem, tinha muita tonteira, e meu marido falou assim: “Olha, vamos parar de trabalhar. Você não tem necessidade disso”, essas coisas de homem mais antigo. Porque meu marido tem 73 anos. Só que eu fiquei muito inquieta, porque eu sempre... Eu nunca dependi de terceiro. E meu marido, para mim, era um terceiro. E eu falei assim: “Caramba! Eu tenho que fazer alguma coisa, para não... Sair para trabalhar. Porque eu não nasci para ser dona de casa”. E falei com ele, conversei com ele, e aí ele falou: “**Mas por quê? Temos** uma vida razoável...”. Eu falei: “Está bom”. Aí eu comecei a ver concurso público. “A minha saída vai ser trabalhar meio expediente, porque aí ele não vai ter

problemas em casa.” E foi o que eu fiz. Comecei... Eu morava em Jacarepaguá nessa época, e uma vizinha minha, a cunhada dela era serventuária de justiça, falou para mim assim: “Olha só, minha cunhada disse que está aberto concurso para oficial de justiça. Você não quer fazer?”. Eu falei: “O que é isso?”. E aí ela me explicou mais ou menos o que era ser oficial de justiça. E também estava aberto concurso para o antigo INPS, que vocês nem devem ter ouvido falar. Agora é tudo...

M.F. – INSS.

D.B. – ...INSS e SUS, separado. E o INPS era a parte de saúde, e a vaga era no Hospital Cardoso Fontes, ali em Jacarepaguá, na serra Grajaú-Jacarepaguá. Aí eu fiz o concurso para lá e fiz também para oficial de justiça, sem saber até o que era isso, e passei nos dois. Trabalhei um mês no Hospital Cardoso Fontes – eu fui para o almoxarifado lá trabalhar – e me chamaram depois para ser serventuária de... para ser oficial de justiça. E eu fui a primeira mulher oficial de justiça em São João de Meriti. Os livros lá de São João de Meriti, eu tenho o prazer de ter deixado meu nome nos anais de São João de Meriti. Depois eu fui agraciada com o título de Cidadã Meritiense. E daí eu comecei a conhecer o que era a Justiça. Mas ainda não tinha pensado em ser defensora pública. Aí que eu fui fazer direito. Aí que eu fui fazer direito. Tanto é que eu me formei em 1991 ou 1992... Agora estou na dúvida. No meu currículo tem, eu acho...

M.F. – É. A senhora entrou na Defensoria em 1993.

D.B. – Então, me formei em 1992, em fevereiro de 1992, fiz prova em abril de 1993... Não, [fiz prova em abril] de 1992, mesmo.

M.F. – E aí entrou no início, empossou no início de 1993.

D.B. – Exatamente. Foi uma coisa muito rápida. Eu fui trabalhar com um juiz – ele hoje é desembargador – que se chama Paulo Maurício Pereira, que foi uma pessoa muito importante na minha vida. Ele falou certo dia para mim: “Vamos lá no Tribunal”. Eu trabalhava com ele em São João de Meriti. “Vamos lá no Tribunal que eu...” Estava começando a introduzir

computador, e ele falou assim: “Vamos lá, porque a gente precisa ver uns computadores que estão chegando no Tribunal”. “Vamos lá.” E ele falou assim: “Vamos logo no Banerj comigo”. Era o extinto Banerj, que é Itaú. Eu fui lá com ele e, daqui a pouquinho, ele pegou um papel e me deu: “Isso aqui, eu paguei a tua inscrição, você vai se inscrever para o concurso da Defensoria Pública”. Eu falei assim: “Eu? Eu não vou passar”. “Não, você não vai passar. Também sei que você não vai passar. Mas você tem que ter a experiência de concurso. Concurso também é experiência.” E ele também tinha uma vida bem parecida com a minha: ele foi serventuário de justiça e, depois, ele fez concurso para a magistratura e passou. Aí eu aceitei, muito constrangida, aquele... “Caramba!” Aí eu tive que começar a estudar, realmente. Apesar de que eu estudei bastante, no meu período de faculdade, que é a vantagem de você estudar já um pouco mais velha...

M.F. – Exatamente.

D.B. – ...porque você leva a coisa a sério, porque você tem um objetivo. Na época, eu queria fazer concurso para o Ministério Público. Não era para a Defensoria. Aí eu fiz. Aí passei no provão. Passei no provão, aí eu me animei, me animei e comecei a estudar. Foi um concurso muito demorado. Foi terrível. Tanto é que nem todo mundo tomou posse no mesmo período, foi dividido em duas ou três vezes de... a posse, entre os defensores. Mas aí você, como em regra o ser humano... Já dizia a minha professora de psicologia que o animal é o ser mais adaptável da face da Terra. E é verdade. Aliado a isso, ainda tem a questão da Defensoria em si. É uma profissão, assim... É até difícil de falar o que a Defensoria Pública representa para um defensor, principalmente para aquela pessoa que se dedicou, fez história dentro da instituição. Então eu não me via, depois de alguns meses trabalhando – não foram anos, não; foram dias – na Defensoria, eu não me via fazendo outra coisa a não ser buscando um benefício para aquela pessoa. Porque eu reputo que a nossa carreira é a única que não faz mal a ninguém, porque, se você não defende aquele indivíduo da forma devida, do direito que ele tem como cidadão de ser defendido, nós temos o promotor de justiça e o juiz, que pode interferir na nossa defesa, considerar o réu indefeso. Então é uma profissão em que você só faz o bem. E não existe coisa melhor do que fazer o bem. Então, a minha trajetória na Defensoria Pública foi isso. Em 2009... em 2008, eu tive meningite e eu passei o Natal... Eu saí dia 1º de janeiro, recebi alta. E eu tive meningite viral e eu senti uma semana de dor de

cabeça, mas como era já o final e eu estava trabalhando, naquele momento, numa vara chamada Vara de Órfãos, que é de inventário, alvarás, quando a pessoa morre e deixa um dinheiro no banco e a viúva ou o filho precisa, ou quando há uma interdição... São coisas complicadas, difíceis para aquelas pessoas que dependem daquela situação. E eu já tinha marcado com muita gente para receber o alvará. E se as pessoas não recebessem de mim naquele período, ia vir o recesso forense e aqueles alvarás iam caducar. Então eu comecei a tomar muita Neosaldina, para poder segurar... Eu não sabia que estava com meningite.

M.F. – Não sabia, ainda, não é?

D.B. – Era viral, a meningite. E também não sabia. E daí eu falei assim: “Não, eu tenho que ficar até o final aqui”. Quando chegou no último dia, eu já não estava quase enxergando mais nada na minha frente, de muita dor...

M.F. – Aí você despencou, resolveu...

D.B. – Eu liguei para o meu marido e falei assim: “Olha, vem me apanhar porque eu não estou em condições de dirigir, não Estou passando muito mal”. Aí ele foi, e aí houve a descoberta do que era. Aí, naquele período que eu fiquei internada, eu vi a minha filha – porque eu só tenho uma filha –, ela e meu marido, um em cada lado da minha cama, chorando muito, e eu via, queria falar e eu não conseguia falar. Eu tive coma. Então, eu via eles e eu não podia falar, porque eu não conseguia falar. E aquilo, para mim... Aquele quadro ficou muito forte na minha cabeça. Depois eu via, depois eu conseguia falar, mas eu não sabia o nome deles. Eu sabia que ela era minha filha, sabia que ele era meu marido, e umas pessoas que estavam me visitando, meus amigos, inclusive médicos, eu conhecia, sabia, mas eu não sabia dizer o nome deles. Depois, tudo isso ficou na minha cabeça, depois que eu consegui ficar boa. Eu disse assim: “Caramba! Eu tenho tempo de me aposentar, eu tenho que viver para a minha família”. Eu vi o quanto eles estavam chorando ali por mim. Eu disse: “Eu vou me aposentar”. E aí eu fui promovida para segundo grau e falei assim: “Vou me aposentar”. E foi aí que eu me aposentei.

M.F. – Mas daí a senhora voltou. [risos]

D.B. – Aí, quando... Eu me aposentei em 2009. Quando foi em 2010, o defensor público geral, não o doutor Nilson Bruno, mas o doutor José Raimundo Batista [Moreira], ele me convidou para coordenar a Campanha Institucional. A Campanha Institucional, não sei se vocês já ouviram falar, é uma grande bandeira da Defensoria. Quando há a invasão... Invasão não. [Quando há] a retomada do Estado nessas comunidades onde o tráfico dominava, a Defensoria está presente. E a primeira que entrou ali fui eu. Foi no Complexo do Alemão – a questão de pessoas sem documentação básica, você faz muita ação social, Ação Global. Então eu coordenei esse trabalho na Defensoria em 2010, e foi muito bom. Engordei bastante lá, porque era sanduíche de domingo a domingo. Porque trabalhava direto. Domingo era o dia que tinha mais ação social, Ação Global, e eu ia. Eu era feliz fazendo isso, e preencheu bem meu tempo. Quando foi em 2011, mudou o defensor público geral, chegou o doutor Nilson Bruno, e eu fiquei em casa um ano. Fiquei em casa não, passei bastante, fui para a Europa, viajei bastante com meu marido. [risos] Aí, quando chegou em 2012, a doutora Maria Luiza, a Malu... Você entrevistou ela, não é?

T.M. – Sim.

D.B. – Ela me convidou para trabalhar lá. Eu tinha... Eu morava ali no Humaitá e eu tinha ido à Cobal almoçar – meu marido estava viajando –, e eu vi uma senhorinha chegando e sentando lá numa mesinha, e eu estava próxima dela, ali no Joaquina, que é um restaurante que tem ali na Cobal...

M.F. – Vou sempre lá.

D.B. – É? Daqui a pouquinho, eu vi um rapaz se aproximar dela. Aí eu vi ela abrindo assim a bolsa, eu fiquei muito preocupada com aquilo. Fui defensora do crime [criminal] quase que minha vida toda. E eu fiquei observando. Depois eu vi o rapaz sair, abordar uma moça, como se conhecesse a moça, e a moça, assim, muito sem graça, naquela coisa de “não estou reconhecendo, mas eu tenho que falar”. Um rapaz muito falante. Eu me levantei e fui lá na mesa da senhorinha. Eu falei assim: “A senhora me desculpe, mas eu sou defensora pública aposentada e eu fiquei preocupada com a senhora. Esse rapaz foi inconveniente com a

senhora?”. Ela olhou para mim e falou assim: “Não. Ele queria era dinheiro. Ele é ator e quis me vender essa caneta. Mas, olha, é uma porcaria, não escreve nada”. Aí eu peguei uma caneta da Defensoria que eu tinha e falei assim: “Ah, essa é uma porcaria? Mas a senhora vai ter uma caneta bonita, boa, gostosa”, e peguei a minha caneta e dei para ela. Tão bonitinha, uma velhinha bonitinha. E ela me falou o nome dela e eu não... Nem me liguei muito no nome dela. Eu estava mais preocupada em protegê-la, naquele momento, e fiquei olhando para o sujeito, que tinha saído, estava naquela grade para o lado de fora da Cobal. E ele percebeu que eu estava prestando atenção nele e ele sumiu. Qual foi minha surpresa? Eu estava em casa e o dr. Nilson Bruno liga para mim... Isso na semana seguinte. “Parabéns, hem!” Eu disse: “De quê?”. “Você saiu no jornal.” Eu disse assim: “Eu saí no jornal?! Como assim?”. “Ah, vou mandar para você.” Ela é mãe da Cora Rónai.

M.F. – É uma figura conhecida lá na Cobal, inclusive.

D.B. – A Cora?

M.F. – A Cora e a mãe.

D.B. – Eu não conheço.

M.F. – Eu também não conheço, mas todo mundo comenta.

D.B. – Mas eu não conhecia, não sabia. E também não faria a mínima diferença para mim, porque eu fiz com a mãe da Cora Rónai e poderia ser com a mãe da Maria da Silva. Para mim, naquele momento, eu não vi nome. Mas muito fofinha, ela, bonitinha, uma velhinha bonitinha. Aí... Isso foi interessante: eu não conhecia a Malu, a Maria Luiza. Conhecia o Nilson. Não era meu amigo; conhecia. Como defensor, conhecia. Aí, quando chegou no final daquele ano, eles me convidaram para eu ir no Dia do Defensor, porque ia ter uma reunião no Copacabana Palace e ia ser traçada ali a nossa... a gestão daquele ano. Aí fui. “Ah, mas vem mesmo.” Fizeram uma surpresa para mim: a última folha do material que estava encadernado era a crônica que ela colocou. A crônica era não sei o quê carioca. Esqueci qual o primeiro nome. Mas muito legal. Crônica carioca? Não. É uma coisa assim. Eu tenho até lá em casa.

T.M. – Ah! Você...

D.B. – Tenho. Aí ela descreve... É muito bonita, a crônica dela, dizendo que a família dela ficou muito feliz de saber que, na ausência dela e da irmã, tinha alguém que tomava conta da mãe dela, que era a Defensoria Pública. Então foi uma crônica bonita que ela fez, muito suave e bonita. Ela não botou meu nome. E o Nilson descobriu isso porque... Botava a Defensoria Pública, a defensora pública. E ele foi, futucou lá e descobriu que era eu. Porque ela gravou meu nome. Ela gravou meu nome. Eu não gravei o dela; ela gravou o meu. Porque ela se sentiu muito protegida ali, então foi normal ela fazer isso. Aí eu passei a ser conhecida da figura Malu, que é a primeira subdefensora, que na época era a segunda sub. Eu não conhecia e não tinha boa referência da Malu, a verdade é essa. Porque a Malu é muito positiva. Então, as pessoas assim, ou tem muita gente que ama ou tem muita gente que odeia.

M.F. – Ou tem gente que odeia. Eu sei bem como é.

D.B. – Eu também sou assim. Mas, para mim, eu nunca tinha visto... Aí ela leu aquela crônica lá, fiquei muito sem graça, com vergonha... Porque a gente faz as coisas sem...

T.M. – Sem esperar nada em troca, não é?

D.B. – Sem esperar... E foi muito bonito, o gesto deles. Mas aí, quando chegou em março de 2012... Isso foi no final do ano. Quando chegou em março de 2012, a Malu... a secretária liga para mim pedindo para eu ir lá e tal. Aí ela me convidou para eu ser diretora de Tecnologia da Informação. Eu falei assim: “Mas como que eu vou ser diretora de Tecnologia? Eu não sei nada. Eu sei digitar”. “Não, porque não sei o quê e tal...” Aí me chamou. E eu falei assim: “Olha, vou ver”. Eu já estava acostumada a ficar em casa. “Vou ver em casa. Tenho que conversar com meu marido”. Aí cheguei em casa, falei e... “Mas você vai se enfiar nisso de novo?” Aí eu falei: “Está bom. Então não vou, não”. Aí eu fiquei quieta em casa. Aí ela marcou de novo para eu ir lá. Aí, quando eu retornei lá, ela falou: “Ah, aguenta aí um pouquinho, Darci”. E estava uma reunião de todos os coordenadores regionais da Defensoria, no auditório. Ela saiu de lá, pegou minha mão, “ah, vamos comigo lá no auditório”. Ela foi

esperta, não é? Pegou na minha mão... Tinham muitas pessoas até que eu conhecia. “Olha só, gente, vou aproveitar para apresentar para vocês a nova diretora de TI”. [risos] Aí eu falei: “Caramba!. Ela me fez essa, não é?”. Hoje ela é uma grande amiga que eu tenho. Foi muito bom eu ter aceito entre aspas. E tenho uma grande amiga, um carinho profundo, é uma das pessoas mais inteligentes que eu conheço. Uma moça jovem, mas de uma inteligência privilegiada. E aí eu comecei trabalhando lá na... E fiz uma revolução ali, com o pouco que a gente tinha. A gente conseguiu... Eu implantei ali, na época... Quando eu digo eu, eu falo nós...

M.F. – É a equipe, é claro.

D.B. – ...os funcionários. Fiz uma limpa primeiro, porque tinham pessoas que achavam que serviço público...

M.F. – Sempre tem.

D.B. – ...era um bico. E eu nunca... Não aprendi isso em casa, com meu pai. Meu pai sempre foi um homem trabalhador. E eu também, não é? E fiz uma limpeza grande ali, de pessoas e visual, também. Porque era informática, tinha uma parte que era de conserto, oficina, e aquele monte de lixo, aquelas coisas todas. Limpei aquele negócio todo.

M.F. – Quais eram as atribuições dessa direção?

D.B. – Era toda a parte de desenvolvimento de sistema que nós temos e a parte de...

M.F. – De conserto mesmo dos computadores.

D.B. – ...de conserto de hardware. Então eu fiquei, sem conhecer o negócio, mas impondo a ordem. Porque quem comandava aquilo ali era funcionário, e funcionário não obedece a funcionário. Então, tinha que ter um defensor ali, para segurar inclusive os próprios defensores, que chegavam lá e faziam bagunça na história: “Não, eu quero... Está ruim. Eu quero que conserte agora”. E o outro que era marronzinho, deixou lá para consertar. Essas

coisas todas. E eu impus ali uma ordem. E fui muito feliz nesse período lá. Nós conseguimos uma transmissão direta – é a única Defensoria do Brasil que transmite as reuniões via internet. Eu tinha essa vontade que isso acontecesse e eu não sabia que era tão fácil.

M.F. – Pois é.

D.B. – Não sabia que era tão fácil. Chamamos a Oi, a Oi foi lá, e foi um valor absurdo que ela cobrou na época. Era assim, de pagar um negócio de 200 mil por mês, entendeu? Era isso. Aí eu falei: “Caramba! Sérgio”, falei lá com o funcionário, “vem cá, o que é que tem...? Nós não temos o *link*?” “Temos o *link*.” “E o que é que falta?” “Ah, porque é isso e aquilo.” “Mas, vem cá, e os equipamentos aqui não...?” “É, mas o modem era deles.” “Vê quanto custa esse modem.” “Quinhentos e poucos reais.” Eu falei assim: “Como é que é?” “É, mas a transmissão deles é 20 mega e a nossa é só 10 mega.” Eu falei assim: “Toma aqui o dinheiro. Vai lá comprar.” Porque teria que ter licitação, essas coisas, e tudo difícil.

M.F. – Para 500 reais, tem que ter licitação?

D.B. – Até 100 reais. Ou, pelo menos, convite, carta-convite, ver preços e tal. Serviço público é difícil.

M.F. – Eu sei.

D.B. – Não sei como é que consegue fazer coisas inaceitáveis.

M.F. – Quem trabalha no serviço público sempre fala: “Eu trabalho no serviço público, malgrado o serviço público”.

D.B. – É verdade. Aí, com 500 e poucos reais, a gente fez a festa. Fizemos a festa. Já tínhamos a filmadora, que também é da Fundação... Porque eu também sou diretora financeira da Fundação da Defensoria Pública, que se chama Fesudeperj – Fundação Escola da Defensoria Pública. Então foi uma grande realização para mim, foi deixar esse marco ali, uma coisa que não era... Ninguém pensou. E para dar maior transparência às nossas reuniões.

Depois eu promovi lá um... Não, mas aí já foi na... Aí eu saí, fui para a Ouvidoria, porque o Nilson pediu para que eu me candidatasse, porque estava precisando na Ouvidoria. Porque o modelo nosso é um modelo de Ouvidoria com defensor aposentado, enquanto que as outras Ouvidorias são Ouvidorias externas: são pessoas da sociedade civil que são ouvidoras. Nós temos uma lei estadual e temos uma lei federal. Essa lei federal impõe isso, mas nós temos a nossa lei estadual que é omissa nesse sentido, e o primeiro ouvidor foi defensor, o segundo também e o terceiro também, e o Nilson seguiu essa linha, porque... Eu acho inclusive que essa linha é a melhor. Porque, ao contrário de que muitas pessoas pensam, pelos menos eu posso falar por mim, eu jamais passarei a mão na cabeça de um defensor em detrimento do direito do cidadão, como também eu jamais vou prejudicar um defensor pelo simples prazer de atender a um cidadão quando ele não tem esse direito. Então qual é a grande importância, no meu modo de pensar, de se ter um ouvidor que seja um defensor público? Primeiro, a tua história de vida na instituição por si só já é um elemento que faz com que os colegas te respeitem. Obviamente, se você não tem uma história, aí fica complicado. Mas se você tem essa história... Eu, graças a Deus, fiz história na Defensoria. Então tem esse lado positivo. O segundo lado é você conhecer toda a instituição. Isso é fundamental. É a mesma coisa você... Eu dei aula já em faculdade e tudo, e os alunos... “Professora, como é que a senhora consegue falar assim?” Não precisa decorar nada, basta você conhecer o assunto. Se você conhece o assunto, fica muito mais fácil você desenvolver qualquer coisa dentro daquele assunto que você conhece. História, você é formada em história, antigamente a gente aprendia assim: quem descobriu o Brasil? Pedro Álvares Cabral. Quem era Pedro Álvares Cabral? Era um português... Só isso. Você não tinha... Você não estudava a história de forma...

M.F. – A compreender...

D.B. – ... correta, para compreender. Então, a partir do momento que você fala da história da Defensoria Pública conhecendo a história real da Defensoria, fica muito mais fácil você falar. E a Ouvidoria é isso. Eu conheço. Eu passei... Quando eu entrei na Defensoria, existia defensor de primeira, de segunda e de terceira. Hoje, não, você entra como defensor substituto, depois você passa a ser defensor público e, depois, defensor público de classe especial. Na época que eu ingressei, não, era defensor de primeiro, de segundo, de terceiro, e depois, defensor de segundo grau. Você tinha que queimar essas etapas, dentro da carreira.

Então eu queimei todas essas etapas, dentro da carreira. Eu conheço bem o assistido, eu sei quando ele está extrapolando e quando ele não está extrapolando, e conheço as manhas do defensor, também, porque eu era defensora. Então você tem tudo para transitar bem. E um defensor que me conhece não vai contar historinha para mim, não é? [risos] Não vai contar historinha para mim porque ele sabe que não vai dar certo. E, normalmente, há um respeito maior, aquele defensor mais antigo, por idade, essas coisas todas. Então, o trânsito é melhor, é mais rápido, é mais fácil. Eu, por exemplo... O ouvidor é... A Ouvidoria é um órgão independente, dentro do cronograma da Defensoria Pública. O que acontece? A Ouvidoria é como se fosse uma secretaria, uma subsecretaria dentro da instituição. Eu só me reporto ao defensor geral. Não tem poder de hierarquia do defensor comigo. Se eu falasse assim, “não, eu não vou lá na Fundação, não quero participar”, ele não teria meios...

M.F. – De fazer nada.

D.B. – ...coercitivos para me trazer aqui. Estou dando um exemplo grotesco, não é?

M.F. – Sim, sim, é claro.

D.B. – Agora, há uma parceria grande, porque os ideais dele são os mesmos meus: fortalecer a instituição; mediar o nosso... que a gente chama de assistido. Nosso público é o nosso assistido. Então, o interesse que ele tem é o mesmo que eu tenho, então a gente acaba em busca do mesmo ideal. E é muito fácil você trabalhar assim. Esse caso que eu te mostrei aqui, ainda agora, que foi uma pessoa que me achou no Facebook, por um acaso, comentando... amigo de amigo. Sabe como é, não é? E eu vi que ele estava reclamando... Ele é um morador da Vila da... Se eu estiver falando muito, fala, hem!

M.F. – Não! Por favor! Era para isso mesmo! Pode falar.

T.M. – A entrevista é assim.

M.F. – É para isso mesmo.

D.B. – Ele é um morador da Vila da Penha, um subúrbio do Rio de Janeiro, e ele estaria com um vazamento de água por debaixo da casa dele, dele e de outras pessoas, e estava mexendo com a estrutura da casa. Isso me sensibilizou. Quando eu vi aquilo, ele reclamando, falando que já tinha procurado a Cedae, que já tinha procurado o Ministério Público e nada... Aí eu olhei aquilo, aí fui *inbox*, falei com ele: “Eu sou ouvidora da Defensoria, vou ver se eu posso te ajudar de alguma forma”.

M.F. – Ah, partiu de você?

D.B. – É lógico! Você tem que ser proativa. Você, para fazer o bem, você tem que ter proatividade. Você não precisa esperar as pessoas baterem na sua porta.

M.F. – [Não precisa esperar] que venha, não é?

D.B. – Quando você quer ajudar, você quer servir o cidadão... Já está dentro da gente, não tem jeito. Aí eu fui e falei com ele pelo *inbox*, ele aí mandou o vídeo para mim – realmente, uma coisa horrível... Isso foi no final de semana passado. Não esse agora, o outro. Aí eu fiz contato com o doutor Nilson Bruno: “Puxa, Nilson, isso, assim e assim”. Ele disse: “Vamos ver isso segunda-feira”. Aí, na segunda-feira, essa que passou, eu fui lá falar com ele, ele disse: “Não, Darci, eu vou passar um e-mail para o presidente da Cedae, ver se ele resolve isso para a gente”. Porque eu queria levar o rapaz para o núcleo especializado da Defensoria, que é o Nudecon (Núcleo de Defesa do Consumidor). “Puxa, você que resolve as coisas aqui e depois fica na conta do Nudecon?” Eu falei: “Não, para mim não me importa quem é que... Eu não tenho mais idade para carregar louro nenhum. Não cabe mais...”. “Não, mas vamos resolver isso.” “Está bom.” Aí o rapaz... Aí eu passei uma mensagem para ele dizendo que o doutor Nilson Bruno tinha passado uma mensagem para o presidente da Cedae e tal. Mas aí o cara ficou no meu pé. E hoje ele foi malcriado: ele telefonou para mim fazendo má-criação. Mas eu o compreendo. Porque você imagina você pisar na tua casa e você sentir que está ficando tudo oco por baixo! Eu falei: “Olha só, eu entrei nessa história querendo estender a mão. Agora, o doutor Nilson Bruno já fez o pedido. O presidente da Cedae está viajando. Se fosse eu que fosse resolver, se eu tivesse funcionário aqui para ir lá quebrar e resolver o teu problema, com certeza, isso já estava resolvido no dia seguinte. Mas a gente tem que esperar.

Agora, você está cheio de razão”. “Ah, porque tudo nesse país é isso, é aquilo...” Aí começa a descarregar todo aquele ódio que tem dentro. Mas é natural isso.

M.F. – É natural.

D.B. – Eu já fiz há pouco tempo isso, com a Oi, que me atormentou. Eu fui lá, esbravejei e aquele negócio todo. Aí ele virou para mim e falou assim: “Ah, não, aqui tem o Pedro Fernandes, que é um político aqui da área, ele vai vir aqui”. “Ah, então, beleza! Que Deus te ajude!”, e passei isso para o Nilson, e o Nilson não falou nada comigo, ele só falou o seguinte: “Olha, me lembra”, porque ele veio aqui, “quando eu chegar, você fala comigo”. Eu fiquei com medo de não me encontrar com ele, eu fiz um bilhete e botei na mesa dele, falei assim: “Nilson, só para te lembrar do caso da Cedae”. Aí, quando o rapaz passou isso por Facebook para mim, eu peguei e falei: “Acho que não vai precisar mais, não. O Pedro Fernandes vai resolver o problema dele”, mas foi até para instigar ele. [risos] Aí ele ficou quieto. Qual foi minha surpresa? O rapaz vai e faz esse pôster.

M.F. – Agradecendo.

D.B. – Não foi nem isso, foi ainda o *inbox* que ele passou para mim falando que já tinham ido lá e tal, agradecendo muito. O que fez má-criação, depois ele veio aí... Ela viu o pôster, eu mostrei para ela, elogiando a Defensoria e tal. Então isso é muito gratificante para a gente. Então é essa a vantagem. Se eu não fosse defensora, eu não teria tido esse acesso ao defensor geral. Estou falando toda essa história para vocês entenderem como é importante ter alguém da instituição. A única instituição que luta por um ouvidor externo é a Defensoria Pública, alguns segmentos da Defensoria Pública, um ou dois segmentos, que são oposições ao atual defensor público geral. As outras instituições... A magistratura, é uma juíza. A Pachá é juíza. Ela é ouvidora. O Ministério Público, idem. E outras instituições, são os próprios funcionários que são os ouvidores. A Defensoria, com algumas pessoas que inclusive são da associação hoje, misturam a nossa profissão com a nossa instituição. Eu adoro fazer o bem, mas eu não vou carregar ninguém para a minha casa. Não é isso? O médico, se não tiver vaga, ele não leva o paciente para a casa dele. Então a gente tem que separar as coisas e ver que não pode ser assim. Uma pessoa externa à instituição é muito problemático. No meu

modo de pensar, isso pode trazer consequências gravíssimas, políticas inclusive. O que é sociedade civil? O que define o que é sociedade civil? Passa a ser uma sociedade política, aonde políticos vão indicar aquelas pessoas para ocupar cargos estratégicos dentro da Defensoria em troca de um salário. Então eu acho que o modelo que foi adotado desde o início da criação da Ouvidoria... E o Nilson foi, me desculpe os termos grosseiros, foi macho para bancar isso, porque ele apanhou muito, por conta de ter me indicado. Porque eu não fui a mais eleita, a mais votada. Eu fui a segunda, e o outro era a pessoa que ele não queria, porque ele viu que não ia conseguir trabalhar bem com a instituição. Esse modelo, ele foi bastante feliz. Agora, o que eu posso falar mais de mim na Defensoria? Foi uma coisa que me orgulha muito hoje. Logo que eu ingressei na Defensoria, o defensor público geral, que chamava ainda procurador geral, porque depois é que passou a essa nova terminologia, era o Roberto Vitagliano...

M.F. – Conhecemos. Já veio aqui com a gente.

D.B. – Roberto Vitagliano. Eu tinha vindo trabalhar na Capital, a Capital aqui, na comarca da Capital... A gente tem que explicitar, senão a gente fala como se outro... A comarca da Capital.

M.F. – Por acaso, eu entendo. [risos]

D.B. – Você entende. [Eu tinha vindo trabalhar] na comarca da Capital e fui trabalhar no Crime, lá em... Depois, a minha primeira titularidade foi Nova Iguaçu, mas antes eu rodei um pouco. E aquele negócio me dava indignação. Eu falei assim: “Caraca! Três caras praticaram um furto. Dois têm advogados e já estão na rua. E esse outro aqui é da Defensoria e continua preso”. Por que isso? Porque eu só tomava conhecimento depois que era oferecida a denúncia e o cara... Hoje mudou, mas, antes, primeiro tinha o interrogatório, para depois ter a audiência de instrução e julgamento. Hoje, não, é um ato só e o réu é ouvido no final. Antes, não, o réu era a primeira pessoa a ser ouvida, em uma audiência independente. Então, quando vinha aquele processo para a minha mão, que eu ia saber que aquele processo **era meu**, que eu olhava, flagrantes de ilegalidade ali. Mas o cara ficou preso, até o juiz receber a denúncia. [Até] o Ministério Público fazer a denúncia, o juiz receber a denúncia, marcar a audiência, o

cartório praticar todos aqueles atos burocráticos indispensáveis para a realização daquela audiência, o cara ficou preso. Eu falei assim: “Caramba! Tem que ser feita alguma coisa. Os outros têm advogados, a família procurou, e tudo bem”. Aí eu fui na Constituição e vi que... Sabia já, mas alicersei naquilo ali. Fui lá e falei com o Roberto Vitagliano. “Doutor Roberto, em direito penal, o Estado não pode legislar. Só quem pode impor penas é a esfera federal”. Não sei se estou me fazendo entender.

T.M. – Sim, sim.

D.B. – O Estado é concorrente apenas em matéria processual. E isso era matéria processual. Eu falei: “Poxa! Por que não, todas as vezes que for lavrado um flagrante, a autoridade policial não ter o dever de distribuir para os defensores da vara para onde aquele flagrante foi distribuído?”. Quando alguém é preso em flagrante, tem um auto de prisão em flagrante que é distribuído no fórum, para saber qual o juiz que vai apreciar aquele flagrante. Então eu pensei: “Que tal, quando fosse distribuir, distribuiu, tem que ir para o defensor público”. Independentemente de ele ser ou não, posteriormente, vir a ser assistido pelo defensor...

M.F. – Ele recebe do mesmo modo.

D.B. – Você vendo aquela coisa absurda ali, você tem o dever, como representante do próprio Estado, de não deixar que aquela pessoa cumpra uma pena antecipada. E ele gostou da ideia – na época, era o Marcello Alencar, salvo engano, que era o governador – e foi feito um decreto. Isto, depois, veio a ser incorporado no Código de Processo Penal. Então, o meu orgulho que eu digo é que eu plantei aquela sementinha no Rio de Janeiro, lá atrás, e depois de alguns anos, com algumas reformas do Código de Processo Penal, passou a valer em todo o território nacional. Porque o Código de Processo Penal, tanto no Rio de Janeiro quanto na Amazônia é a mesma coisa. Então têm coisas que você se orgulha de ter feito alguma coisa em prol do cidadão brasileiro, da Justiça, da Defensoria e de todas as outras pessoas que integram esse sistema de Justiça.

M.F. – Eu tinha, em várias vezes, em várias de nossas entrevistas, eu tinha essa dúvida e eu perguntava amplamente, para ver o que as pessoas iam me falar, de como se chega ao

assistido, ou como o assistido chega até vocês. Isso sobretudo nesses casos. Ninguém tinha conseguido ainda falar tão claramente, explicar tão detalhadamente, tão claramente essa dinâmica, que realmente faz diferença. Para falar a verdade... Agora existe um modelo em que, se uma pessoa é presa, automaticamente, todo mundo recebe a informação, e isso...

D.B. – Recebe aquela informação. Inclusive, até no plantão judiciário.

M.F. – Ou seja, a pessoa...

D.B. – Sábado e domingo... Nós temos defensor público 24 horas.

M.F. – Como tem a magistratura...

D.B. – A magistratura e o Ministério Público. Então, no final de semana e depois das 18 horas, existe plantão judiciário. Prendeu-se alguém em flagrante, a cópia daquele flagrante vai lá para o defensor que está lá no plantão.

M.F. – Ou seja, ele vai lá e ele vai ver se é um caso de Justiça gratuita ou não.

D.B. – Não. Deixa eu falar uma coisa para você: a questão da Justiça gratuita é o de menos. Você sabe por quê? Porque, em matéria criminal, o sujeito... Eu já defendi pessoas importantes. Ele diz assim: “Eu não quero advogado, eu quero a Defensoria”. E como ninguém pode ser julgado sem um defensor, independentemente da tua situação financeira, a Defensoria Pública pode atuar.

M.F. – Ah, é?

D.B. – Diferentemente, na esfera cível...

M.F. – [Diferentemente] de outros casos.

D.B. – ...patrimonial. Entendeu?

M.F. – Entendi.

T.M. – Só na criminal é que não.

D.B. – Na criminal, não. Senão não vai ser julgado nunca. Se o cara diz assim, “ah, não, eu não tenho dinheiro para pagar advogado”, como é que o juiz vai obrigar aquela pessoa a ter um advogado? Não tem como, não é? E a questão em matéria de ordem pública. Então a Defensoria ingressa nos autos, independentemente de a pessoa ter ou não situação financeira. O que em regra nós fazemos – e que eu já fiz isso, mas não levei, graças a Deus –, é o seguinte, é você requerer que ele, saindo condenado, que ele pague os honorários em favor do Centro de Estudos Jurídicos da Defensoria Pública.

M.F. – Ah! Que é uma maneira de reverter para a instituição.

D.B. – Para a instituição. Eu nunca ganhei isso, porque, graças a Deus, eu tive muito sucesso nas absolvições. Então não seria viável, uma pessoa sair absolvida e ainda ter que pagar para o Estado, aquele mesmo que prendeu o sujeito. [risos] Então, quando eu digo graças a Deus é por isso.

M.F. – É verdade.

D.B. – Então, independentemente da situação financeira do cidadão preso, a gente tem que analisar. Porque isso, na verdade, caberia ao Ministério Público e ao juiz. Mas nem sempre isso acontece. Nem sempre isso acontece. Então, cabe também... Sempre tendo três...

M.F. – É, exatamente.

D.B. – ...a chance de ser feita a justiça é muito maior do que se só um analisar ou só outro. Cada um tem suas atribuições, tem uma quantidade de trabalho que às vezes não permite ser olhado com tanto carinho. E a parte, a família vai procurar quem? O defensor. Vai levar a ele subsídios. “Ah, não, vem aqui, traz aqui um comprovante de residência...” Porque têm crimes

que, mesmo que a pessoa tenha realmente praticado, a pessoa pode responder em liberdade, porque, quando condenado for, ele não vai ser preso.

M.F. – Então não tem o menor sentido a pessoa ser presa para esperar um julgamento [inaudível] que vai demorar *pra caramba*.

D.B. – É uma pena antecipada absurda.

M.F. – De uma coisa que não necessariamente vai acontecer.

D.B. – Então tem tudo isso que é favorável. E na parte criminal, independe da situação financeira, temos que atender, senão o cara não é nunca julgado.

M.F. – Ainda tem essa, não é?

D.B. – Eu trabalhei no 2º Tribunal do Júri durante bastante tempo – acho que foram sete anos, salvo engano –, e ali eu atuei em processos rumorosos: Vigário Geral, Candelária... Tive atuação, não sei se vocês ouviram falar...

T.M. – Na chacina de Vigário Geral?

D.B. – ...na chacina de Vigário Geral, atuei. Agora, a Defensoria Pública é muito bem-aventurada.

M.F. – Atuou, então, contra o Estado. Porque, se não me engano, os dois casos, pelo menos a denúncia...

D.B. – Eram policiais militares.

M.F. – Exatamente.

D.B. – Eram policiais militares. Mas a Defensoria Pública tem sorte. Eu tinha uma sorte muito grande: todos eram inocentes. Assistido da Defensoria é inocente. Culpado tem advogado. [risos] É verdade. Todos os inocentes vão lá para a Defensoria. Mas aquilo foi um processo muito político, sabe? Foi muito político na época e teve pessoa inocente que foi condenada. Graças a Deus, não foi com a defesa da Defensoria, não. Mas teve gente.

M.F. – Mas a questão também é que, independente de a pessoa ser inocente ou não, em qualquer caso, ainda assim, ela tem direito à Justiça.

D.B. – É lógico. Tem que ter.

M.F. – Isso é um mito do senso comum. O senso comum não consegue entender, assim como o senso comum também tem aquela coisa de colocar sempre no mesmo guarda-chuva, sobre o período militar, sobre militares.

D.B. – Exatamente. Exatamente.

M.F. – E a pessoa coloca sempre no mesmo guarda-chuva. Então, “se o cara é culpado, o cara merece morrer”. Assim que se fala.

D.B. – Assim que é. A minha família... “Como é que você consegue defender esses bandidos?” Como é que você sabe que ele é bandido? Você viu lá no processo que ele é bandido? E aí? Então, todas essas coisas, essas diferenças que existem. O processo midiático é terrível.

T.M. – Teve uma repercussão imensa, nesses dois casos.

D.B. – Teve.

T.M. – Mundial, aliás.

D.B. – Exatamente. Eu ainda pretendo escrever um livro sobre Vigário Geral, a chacina de Vigário Geral.

M.F. – Acho que vai ser muito bem-recebido.

D.B. – Mas eu tenho que conversar primeiro com aqueles que eu...

M.F. – Ah, sim, claro!

D.B. – Eu estava esperando porque estava faltando aí... Tem um que está foragido já há muitos anos e parece que faltavam alguns meses para prescrever...

M.F. – O crime.

D.B. – ...o crime.

T.M. – Escreve. Vai escrevendo.

M.F. – Começa. Porque demora para escrever livro. Demora muito tempo. Começa a escrever. Daqui a pouco, o crime prescreve, daí você publica.

D.B. – Eu também nunca perguntei se eles fizeram ou não fizeram.

T.M. – É mesmo?

M.F. – Como é...? Isso é uma pergunta pessoal. Como é a abordagem? O que se pergunta?

D.B. – Eu nunca perguntei. Primeiro eu lia bem o processo, estudava o processo. Porque tem cada história que o cara contou que você diz assim: “Pelo amor de Deus!”. Então, a grande chance da defesa é em cima dos erros da delegacia, que têm muitos. Minha filha é delgada. Ela prende e eu solto. [risos] É um equilíbrio [inaudível].

T.M. – Como é o nome da sua filha?

D.B. – Sania Burlandi.

T.M. – Sania Burlandi? Eu me lembro... Porque eu trabalhei na Record um tempo. É verdade, é o mesmo sobrenome.

D.B. – Conhece ela?

T.M. – Não. Mas a gente já entrevistou ela na Record. Pessoalmente, não.

D.B. – Ah, você é da Record? Foi?

T.M. – Fui, há algum tempo.

M.F. – Ela foi produtora de ao vivo, então, estava sempre com muita coisa relacionada a crime, não é?

T.M. – Onde ela está agora?

D.B. – Ela saiu de São João, porque ela estava na Delegacia da Mulher...

T.M. – Na 54.

D.B. – Não. De Mulher.

T.M. – Na Deam.

D.B. – Na Deam. E está agora... A subchefe de Polícia, a Elizabeth, que era de Contratos, que é subchefe de Polícia Administrativa, convidou ela para ficar no lugar dela em Contratos. Ela está, pela primeira vez, exercendo cargo administrativo.

T.M. – Que bom!

M.F. – Dentro, no escritório.

D.B. – É.

M.F. – O que é bom, também, de vez em quando, não é?

D.B. – Para ela foi bom. Meu netinho está com quatro aninhos.

M.F. – Poxa!

D.B. – Ela estava passando um sufoco, lá em São João de Meriti.

M.F. – Pois é.

T.M. – Mas eu interrompi uma pergunta sua interessante.

M.F. – Como é que era? Como se chega...? Qual é a abordagem...?

D.B. – Ah, sim, sim! A grande coisa é você estudar o processo, você conhecer os fatos. Sem nome, sem nada. Você não vai... Os fatos não têm rosto. Então você tem aquele olhar não só... Eu sempre trabalhei assim. [Então você tem] aquele olhar não só de defesa. Porque você não pode subestimar a inteligência do acusador, então, você tem que olhar também com olhos de acusador. Você olhou aquilo ali, aí depois você... Aí você vê toda a... não só a fase policial como também os depoimentos colhidos na fase judicial e vê o que o réu disse. Eu já consertei algumas coisas de réu, porque eu falei assim: “Olha só, você vai manter esse interrogatório? Você é quem sabe. Não vou dizer o que você tem que falar, porque eu nunca me passei por isso, ‘você vai chegar lá e vai falar isso’. Não vou fazer isso”. Porque na hora, ele se embanana e vai dizer assim: “Não, foi a doutora que mandou”. E eu já vi advogado passar vergonha com esse tipo de coisa. “Olha só, você falou isso aqui demais, querido. Você não mente, não. Omite parte disso aqui, que é desnecessário.” Porque, agora, falando sério

mesmo, eu nunca defendi bandidão. Eu defendi um, porque ele já não tinha mais dinheiro para pagar advogado e ele se dizia inocente, naquele...

M.F. – Naquele momento.

T.M. – Naquele contexto.

D.B. – É. Então você trabalha muito com crimes passionais, pessoa que praticou o delito movido por uma grande violência... [corrigindo-se] uma motivação emocional, de briga, essas coisas assim, essas coisas horrorosas aí que a gente vê, **e muitos que são imputados**. Eu defendi uma senhora que a acusação dela era que ela tinha dado chumbinho. Foi um dos primeiros casos de envenenamento de filho.

M.F. – Nossa!

D.B. – Mas eu acreditei na versão dela, acreditei e, realmente, eu acho que ela não fez aquilo e que aquilo foi uma outra pessoa que teria colocado. Talvez, a amante do pai. Eu acho que foi isso. Porque eu acho que ela não seria tão bobinha de ter uma conduta ali de levar para o hospital, de levar a lata de leite Ninho com chumbinho lá dentro. Foi a lata que ela trouxe... que a menina trouxe da casa do pai, porque ela tinha passado o final de semana com o pai. Então eu, nesse caso... Mas a maioria são casos que dá para você... O que não tinha jeito mesmo, eu falava: “Olha, você vai ser condenado, cara. Não tem jeito, não. Agora, vou trabalhar...”.

M.F. – Ser condenado, a questão é o seguinte: vamos ver como é que a gente pode **otimizar** sua pena.

D.B. – Exatamente. Porque o defensor não é para... ele não tem o compromisso com a absolvição. Senão seria fácil para o cara que praticou o delito. “Meu compromisso é fazer o melhor para você. E às vezes o melhor para você é você levar um puxão de orelha, também, cara! Está pensando o quê?”, eu falava assim com eles. E a coisa ia fluindo dessa forma. Então, a abordagem é essa. Agora, eu, conforme a gente vê em repórteres investigativos, eu

cansei de pegar minha filmadora e ir para local de crime. Cansei de fazer isso. Máquina fotográfica... Botava meu marido para ir comigo. [risos] Pegava o interrogatório: “Cara, é assim mesmo? Vamos lá”. E ia para ver se o que ele estava dizendo ou a testemunha disse, se era possível ele ter reconhecido aquela pessoa, principalmente quando o cara jurava inocência. Eu trabalhava assim. Cansei de ir a locais de crime, de fotografar, tirar... filmar, e depois ficar vendo em casa, para ver se era viável aquele tipo de defesa que eu ia fazer. Fiz muito isso. Vigário Geral, aconteceu um fato interessante: um grupo de policiais teria, na cadeia, gravado uma fita incriminando outros policiais, e essa fita foi para São Paulo para ser degravada por uma pessoa... um perito renomado, que, por questão de ética, não vale a pena falar, de uma universidade renomada, também. Porque, [com] a aparelhagem daqui, não dava para você entender, e foi essa aparelhagem... dessa universidade que teria saído esse laudo, com esses dois peritos renomados que assinaram o laudo. Mas aquilo nunca tinha me convencido. E tinham mudado os promotores de justiça na Vara, e um deles era um rapaz novo que teria já visto um júri meu, quando ele entrou para o quadro do Ministério Público, um cara muito íntegro, honesto, ele, e ele foi na Globo, levou a fita e quis ouvir a gravação da fita na aparelhagem da Globo. E quando ele chegou, ele falou assim: “Darci, eu acho que você tem razão, aquilo ali... Teve edição, essa fita”. E esses peritos diziam que não tinha edição e não sei o quê. Aí eu arrolei esses peritos como testemunhas e eles tiveram que vir depor aqui. Não queriam, porque queriam hospedagem, queriam... Eu falei: “Não, na minha casa, você não vai, não é, cara? Tem que vir. Se veio uma vez, quando o Ministério Público chamou, vocês têm que vir a segunda vez”. E o juiz era muito bom, o doutor José Geraldo Antônio – ele se aposentou há uns dois anos atrás. Aí começou a cair a máscara do perito e ele começou a dizer que, realmente, a fita tinha sido editada. E pessoas foram condenadas, com essa fita. Essa mesma fita absolveu e essa mesma fita condenou, lá atrás. Então são coisas que a gente vai amadurecendo, nesses processos, conversando com o réu. Eu nunca orientei testemunha para falar isso ou falar aquilo. Nunca fiz isso. Até porque a minha lealdade ao juiz com quem eu trabalhava e com o promotor era muito grande. Porque eu acho que não seria justo eu, em nome dizer “não, eu absolvi”, enganar um juiz a quem eu respeitava, uma promotora – na época, era uma promotora – por quem eu tenho um carinho profundo. Então, acho que não seria... não seria essa a minha função de Justiça, enganar um promotor, um magistrado, os jurados, numa grande mentira, uma grande farsa. Se ser um grande farsante é ser um bom advogado de defesa, eu sempre fui péssima, porque eu nunca

fiz isso, não. Obviamente que eu procurava o melhor e procurava interpretar aquilo ali que era contra sem mentiras, mas interpretando da forma que iria facilitar a vida do réu, é lógico, mas não inventando história ou fazendo aquele teatro. Eu sempre busquei muito a parte técnica, do que só aquela parte teatral comum ao júri. Obviamente, tinha, sim, mas era mais envolvimento até do que a vontade de ser atriz ali. Era mais, mesmo, você mergulhar em cima daquele personagem ali, que era o réu, ou a vítima, ou as testemunhas. Você mergulhava ali profundamente, naqueles depoimentos, e incorporava aquilo. E meu marido dizia assim para mim: “É impressionante, você fala, parece que você viveu aquilo ali”. Mas eu vivi aquilo ali. Eu estudei aquilo na minha casa. Eu passei a ser parte daquilo ali. Para mim, aquilo tinha acontecido naquele momento, e a gente consegue passar. E a abordagem é por aí. Eu nunca perguntei: “Você matou mesmo?”. Isso eu nunca perguntei. Eu acredito que, se ele falasse “doutora, matei mesmo, esfaqueei”, eu não teria coragem de olhar para os jurados da mesma forma que eu olharia se eu não soubesse. A verdade... Verdade, para mim, é o que constava dos autos. Você imaginou você falar assim, “doutora, eu não fiz, eu não fiz”, e depois o cara ser condenado? Que remorso você vai ter. Então, é melhor você ficar na dúvida...

M.F. – É verdade.

D.B. – ...e você olhar só aquele caminho que te leva a uma melhor condição para o réu do que você... “Caramba! E agora, o que é que eu faço? O cara foi condenado.” Eu fui péssima na defesa, porque o cara é inocente.

M.F. – Tem que ter muito sangue-frio, não é?

D.B. – Tem. Tem que ter. Você tem que ter muita percepção, porque você não sabe o que o promotor vai falar para você. Ele é o primeiro a falar.

M.F. – E também para não se envolver emocionalmente na história...

D.B. – Ah, sim!

M.F. – ...no caso, de modo a trazer isso demais para dentro de você, não é?

D.B. – Sim, sim, é lógico. Eu, graças a Deus, papai do céu sempre foi muito bonzinho comigo, ele me deu muitos momentos bons. E eu sempre falei para o réu: “Olha só, vocês é que têm estrela. O merecimento é de vocês com Deus, não meu. O meu, eu já fiz o concurso, já passei, já fui testada. Para mim, eu querer dizer que eu sou melhor do que eu sou não tem razão alguma. Vocês é que têm que ter estrela, e Deus ser benevolente com vocês. Quem vai para a cadeia ou sai da cadeia são vocês, não sou eu”.

M.F. – Agora, a senhora estava comentando, antes disso, para voltar para os autos, sobre o casamento coletivo.

D.B. – Ah! O casamento comunitário, não é?

T.M. – É verdade.

D.B. – Existem umas reuniões, o Conselho Comunitário de Segurança, e eu sempre achando... “Poxa! O Conselho Comunitário de Segurança funciona no Ministério Público, é **advogado do local**, mas a Defensoria não é chamada nisso?”. Aí conversei com a minha filha. Minha filha estava em São João. Ela disse: “Não, mãe, é legal, sim. Mas vai um dia lá para você ver”. E eu tenho pessoas muito amigas em São João, porque, como eu disse, eu fui a primeira mulher oficial de justiça em São João de Meriti, então, sou conhecida, ainda, lá, de políticos e tudo. Aí eu assisti aquilo ali e tal e falei assim: “Ah, vou começar a assistir isso. Vou entrar de cara de pau”. Aí comecei a ver no *site* do Instituto de Segurança Pública quando é que ia ter as reuniões e eu comecei a ir, na maior cara de pau. Chegava lá... “Sou defensora pública... sou ouvidora da Defensoria, vim aqui e tal”. E foi uma experiência, para mim, muito gratificante, por um lado, de como as pessoas não querem resolver a vida de ninguém, principalmente as associações de moradores. Porque teve um que eu falei: “Vocês não querem resolver porque vocês são reis dentro da comunidade. Se você resolve... E aí, quem vai reclamar...?”

M.F. – Não precisa mais de você.

D.B. – [Não precisa] mais de você.

T.M. – Perde a majestade.

D.B. – Eu falei com eles já isso. Aí comecei a ir e tal e conversar, dando solução para alguns problemas. Porque tudo se repete: é Cedae; é Comlurb; é a Oi, que bota os fios baixos e as pessoas não podem passar com a mercadoria porque arrebenta; é a prefeitura, que furou lá buraco e não tapou. Os problemas são os mesmos. É o *Vale a pena ver de novo*, quando você vai para uma ou para outra reunião. Então, é o mendigo na rua, dependendo... Se você vai para Copacabana ou Ipanema, a preocupação é outra. As pessoas que frequentam não são as pessoas da comunidade. Se separam. Copacabana é uma delas. Mas muito tem a ver com o presidente do Conselho, também. Aí eu passei a ser conhecida. E quando formaram o primeiro Conselho de UPP, eles me convidaram para participar. E eu pensei assim: “Caramba! Essas UPPs...”. Vamos esquecer a parte política. Se isso é político ou se não é político, não me interessa. O que me interessa é que isso é bom. Se isso acabar, vai ficar complicado, principalmente para os moradores de lá. Para mim vai ficar complicado, mas mais para eles, porque eles vão sair do asfalto que estão e vão voltar para as comunidades. Então, de certa forma, para quem vive no asfalto é menos ruim do que para quem mora para lá. Mas só que essas pessoas que moram lá são os meus assistidos. Eu não quero o mal deles. E eu falei assim: “A gente tem que fazer alguma coisa aí para realmente incentivar”, porque estava assim... policiais das UPPs morrendo, aí com esses conflitos, e policial também fazendo bobagem. Aí, conversando com o tenente Carlou, que é o comandante da UPP do Cerro-Corá, tivemos a ideia de fazer um casamento comunitário lá na UPP, que faz um ano agora, dia... acho que é dia 2 de junho.

M.F. – Hoje.

D.B. – É hoje. Faz um ano hoje. Isso mesmo. Aí, as pessoas que queriam casar, sem documentação ou com documentação ruim. E eu preocupada com a situação do cartório, porque o cartório teria que também ser legal com a gente, porque ele ia deixar de ganhar. Nós tivemos, assim, uma sorte... Porque a Priscila, que é a dona do cartório lá do Catete, que é

daquela área ali, é uma pessoa maravilhosa, maravilhosa mesmo. Então vai ser dia 5 de junho, lá no pé do Cristo, porque a comunidade é dali.

M.F. – Ah, que demais!

D.B. – Já vai com o verde e amarelo, porque já está a nova iluminação do Cristo. [risos] E eu sou testemunha e o tenente Carlou também. Nós somos as testemunhas. Ele conseguiu tudo. Eu conversei com o presidente da Anoreg... O presidente da Anoreg é ex-promotor de justiça, que largou o Ministério Público – porque eu conheci ele, trabalhou no Júri comigo –, e ele é dono de um cartório. Ele fez concurso, saiu...

M.F. – Nossa! Tanta gente fez isso, não é?

D.B. – É. Têm uns meninos em Nova Iguaçu, também. Então nós conseguimos que a Anoreg pagasse o Fluminense, para fazer uma festa para eles, e o Carlou conseguiu a aliança, conseguiu roupa de noiva, falou com o padre lá de cima, do Corcovado lá, daquela igreja que tem. Então está tudo preparado para fazer essa grande festa e a integração: soldados da UPP, que também não eram casados, com a comunidade. Vai ser um grande laço, de como se pode conviver bem, o poder público, a Polícia Militar, e a população. Então, aquilo ali foi uma união perfeita.

M.F. – É integração e idoneidade, não é?

D.B. – É lógico.

M.F. – Pois é.

D.B. – Então foi muito bom. Nós fizemos... Na quarta-feira teve o casamento de duas que não [puderam] casar no religioso porque o padre não deixou, porque eram casados já, no interior lá do Maranhão, no religioso só. Eu falei: “Para que você foi falar que você era casada no religioso?”. “Mas eu não podia mentir para o padre.” [risos] Eu falei: “Está bom”. Aí fez lá no cartório. Mas eles vão participar da cerimônia lá...

T.M. – Da festa.

D.B. – ...da festa. É muito bom. Eu não digo para você que ser defensor é extremamente gratificante? É uma coisa muito boa.

M.F. – Eu vou pular, só porque tem um gancho, eu vou pular e fazer uma pergunta bem fora da caixa aqui. Depois eu deixo você seguir. Isso posto, quais a senhora acha que seriam os principais desafios futuros para a Defensoria? Ou as principais oportunidades. Porque, se vocês começaram no momento em que se... em que vocês tiveram... que compraram a briga para poder fazer valer um direito que existia, mas que não tinha nem órgão para cumpri-lo e nem uma garantia prática, administrativa prática para que ele fosse cumprido, ao longo do tempo, isso foi se estruturando, foi se estruturando e foi se especificando e se especializando.

D.B. – Sim, sim.

M.F. – Vocês criaram núcleos específicos, ampliaram a atuação e passaram... O doutor Humberto estava falando da diferença da Assistência Judiciária para a Assistência Jurídica. Vocês ampliaram muito o leque, para dar àquele assistido a possibilidade de não precisar de vocês, inclusive, de não precisar de uma defesa.

D.B. – Exatamente.

M.F. – Como é isso hoje e quais são os desafios e as oportunidades do amanhã?

D.B. – Olha só, o que eu penso é que o grande desafio, o maior desafio tem sido... hoje já tem e no futuro eu gostaria muito que isso não fosse um desafio, mas é fazer com que os nossos políticos reconhecessem isso. Porque a Defensoria Pública ainda faz parte do chamado “primo pobre”. Nós temos que demonstrar, todos os dias, a imprescindibilidade da Defensoria Pública para o exercício da cidadania do trabalhador, do cidadão de bem e também aquele que se desviou, que vive à margem da lei. Então é um desafio muito grande, você encontrar forças para você continuar lutando pela população, e sem esperar

reconhecimento. Porque isso, infelizmente, é uma inutilidade, porque não adianta, a gente vai sempre trabalhar, trabalhar, trabalhar e o reconhecimento não vem. Às vezes vem do assistido. E quando vem, a gente até chora. Mas também é fazer sem esperar. Porque às vezes a ignorância dele é tamanha que ele não enxerga o quanto se lutou para que ele pudesse alcançar aquilo ali. O crescimento populacional não anda e as necessidades do cidadão não andam em compasso com a Defensoria Pública, na grandeza humana...

M.F. – Com a sociedade como um todo.

D.B. – Exatamente

M.F. – Com a organização social e política do Estado.

D.B. – Então, como que isso...? Porque cada dia... O Tribunal, por exemplo, ele abre assim: Núcleo de Violência Doméstica. Quem vai trabalhar nele? Ninguém pergunta. Então é um defensor que acaba tendo que ir para ali, para trabalhar ali, se dividindo com outro setor, com outro núcleo, trabalhando sábado e domingo.

M.F. – Vocês escolhem ir para esses núcleos ou vocês são designados para eles?

D.B. – Depende. Quando você alcança a titularidade, aí não, você não... Mas quem ainda não é titular...

M.F. – Você vai, que nem...

D.B. – Você tem que ir. É designado

M.F. – É que nem...

D.B. – É que nem a magistratura, é que nem tudo, entendeu?

M.F. – Entendi.

D.B. – Então é difícil. Eu acho que todo defensor público que se preza não tem sábado e domingo. Ele leva coisa para casa. Que nem muito juiz também leva. Hoje, a magistratura está muito à frente do que na época que eu entrei. Hoje, tem secretários, tem... Antigamente não tinha nada disso. A Defensoria Pública, também, hoje já tem condições infinitamente melhores do que tinha na época que eu entrei. Na época que eu entrei era máquina de escrever. Eu fui a primeira defensora a ter computador. Eu comprei o computador...

M.F. – Porque foi diretora... [riso]

D.B. – Não, não. Isso lá atrás.

M.F. – ...da Tecnologia da Informação.

D.B. – Não, não. Isso é depois. Isso eu comprei. Quando eu comprei um computador para mim, levei para a minha casa, que era caríssimo... Quando eu comprei o segundo computador... **Eram coisas para casa.** Quando comprei meu segundo computador, levei aquele para o fórum. Então eu fui a primeira que tinha. Eu tinha xerox dentro da minha sala. Porque eu achava inadmissível eu ter que ficar esmolando o juiz de me dar um papelzinho para eu tirar cópia de graça, ou então ter que ir na sede, que também tinha... Era muito difícil. Não tinha o Fundo da Defensoria. Era de chegar assim: “Você pode levar cinco carbonos”, porque era uma caixa para dividir para não sei quantos. Então era uma situação quase... Beirava a humilhação. Então, hoje, a estrutura que nós temos é maravilhosa, é maravilhosa, perto daquilo que... Então houve muito, muito, muito progresso, na Defensoria, muita coisa, caminhar para frente. E, nessa administração atual, as coisas deram passos larguíssimos, deram passos... O Nilson é uma pessoa... é um empreendedor. Ele teve a sorte de ter uma boa equipe para trabalhar com ele: o doutor Fábio; a doutora Malu, que, eu falei, é uma das pessoas mais inteligentes que eu conheço. Ela é trabalhadora demais. Ela prejudica sua vida particular em prol do trabalho. Porque os defensores, quando eles acumulam órgãos, eles ganham. E eles não ganham. Você vê, eu fechei o escritório de advocacia para ir ganhar três mil reais. Porque eu abri um escritório, em 2011. Fechei. Passei tudo para uma amiga minha que eu confio. É o tal do ideal. O ideal é danado. O ideal, quando você tem ideal, é terrível,

você não consegue fugir dele. Então, voltando lá, acho que o grande desafio é essa garotada nova entender o que é a Defensoria. Ela encarnar a Defensoria.

M.F. – Mas você acha que é a garotada nova ou a estrutura do Estado e do...? Política e administrativa, mesmo. Porque eu noto, a minha geração, e a irmã da Talita é um exemplo... Porque a irmã da Talita, o sonho dela é ser defensora. Ela acabou de se formar. E eu vejo a minha geração, que foi a geração do concurso público, que muitas pessoas...

D.B. – Busca segurança.

M.F. – Por causa disso, sem dúvida nenhuma, mas que, no início, quase ninguém fazia para a Defensoria, mesmo.

D.B. – Porque era um salário... Eu fui ganhar, como defensora, menos do que eu ganhava como oficial de justiça. Era uma diferença pequena, nada de absurda, mas era menos.

M.F. – Hoje em dia, as pessoas querem fazer Defensoria.

D.B. – Querem Defensoria. Porque tem um salário digno.

M.F. – Saem da faculdade e querem fazer Defensoria.

D.B. – E tem um salário digno. A gente reclama, ainda. Os defensores reclamam. Porque se a outra categoria que é equivalente à nossa ganha mais, todo mundo quer. E está certo. Você tem que...

M.F. – Sim, é evidente.

D.B. – Você não pode se satisfazer... Ah, um amor e uma choupana. Não. Isso é mentira. Isso é para você ler. Isso não existe. Então eu acho que a garotada quer, sim, a Defensoria Pública. Muitos realmente querem por vocação, aquilo ali, porque, como eu disse, é muito prazeroso. Outras pessoas querem como profissão. Porque a Defensoria... Você vê a medicina: tem

médicos e médicos. Tem médicos que são vocacionados à medicina; outros que têm aquilo ali como profissão. Não é isso? Em todos os segmentos, em todas as carreiras isso acontece. Eu acho... Trabalhando onde eu estou, na Ouvidoria, eu tenho percebido que têm defensores talentosos. Isso tem. A cultura nem se compara com a do meu tempo. O defensor, hoje, ele é muito mais bem preparado. É um monte de doutor. Nós temos doutores, defensores doutores, e não simplesmente saídos da universidade, que nem eu fui. Eu saí da universidade. Você vê, eu dei aula na universidade, sem ser doutora, porque nós tínhamos cadeira. E os melhores professores que eu vi – eu dei aula na Universidade Veiga de Almeida e dei aula na Estácio –, os melhores são os profissionais, do que os doutores, sabia?

M.F. – Eu já ouvi isso, também.

D.B. – Porque os doutores viajam muito.

M.F. – É outra **abordagem**.

D.B. – Eles não sabem onde é a porta do fórum. Mas é óbvio que a gente tem que pegar toda essa parte técnica, que é importante, senão vai ficar sempre a mesma coisa, você não vai desenvolver uma tese nova nunca.

M.F. – São conhecimentos complementares.

D.B. – Conhecimentos complementares que, realmente, são fundamentais...

M.F. – Sobretudo nessa área, não é? Sobretudo na área do direito.

D.B. – Lógico. Você tem que estar em compasso com o mundo, o que se está modificando. Você sabe que o nosso direito sofreu influências da França, da Alemanha, Portugal. Tiveram influência no nosso direito de hoje. Vivemos ainda muito...

M.F. – E os próprios apelos da sociedade: internet...

D.B. – É lógico.

M.F. – E sabe lá Deus o que vai vir no futuro.

D.B. – Então eu tenho boas perspectivas para o futuro da Defensoria. Eu acho que basta ter profissionais realmente com afinco para ter essa luta que a gente está tendo. Nós temos... Eu sou ouvidora, e as pessoas às vezes dizem assim: “Ah, você vê só o lado...”. Não, eu não posso... Se eu não buscar o crescimento da Defensoria, eu não estou buscando o crescimento para essa pessoa, para esse cidadão. Eu acho que eu estou contribuindo. Todas as vezes que eu me engajo nisso... Quarta-feira, eu vou para Brasília. Que nem eu fui, durante o mês passado, algumas vezes. Vai ser a promulgação da PEC, agora, das comarcas, para que, em oito anos, todos os municípios venham a ter Defensoria Pública. Eu fui a única ouvidora que estava presente nessas fases todas: na Câmara dos Deputados, no Senado. Fui a única ouvidora.

M.F. – Por vontade própria?

D.B. – Por vontade própria e me bancando. Porque o dinheiro que eu ganho de diária... Eu sou extraquadro, que chama. Eu ganho um valor pequeno. Um hotel em Brasília custa 500 e pouco, 600 reais. E eu ganho 100 [reais]. Mas isso é o quê? É aquela vontade de deixar alguma coisa. É o legado que eu, Darci Burlandi Cardoso, quero deixar para o meu próximo, o João da Silva, a Maria. É isso que sai de dentro de mim para deixar para eles. É o ideal.

T.M. – Tem uma coisa que eu queria retomar, sobre o seu atual cargo de ouvidora. Queria que a senhora falasse um pouquinho, doutora Darci, sobre a própria estrutura atual da Ouvidoria: quantos vocês são trabalhando, a média diária de ligações... Também queria...

D.B. – Eu até trouxe isso aqui para você. A Ouvidoria de hoje... **Você vai dizer** assim: “Essa mulher é muito vaidosa!”. Não é não. É que eu tive algumas facilidades que os meus colegas que me antecederam não tiveram. Eu estava... Eu fui diretora de TI. Então eu, quando me imaginei na Ouvidoria, eu não me imaginei mexendo naquele calhamaço de papel que tinha lá. Eu falei assim: “Caramba! Já que eu vou para a Ouvidoria, eu tenho que aproveitar

enquanto eu sou diretora de TI. Vamos fazer um sistema lá”. Então não existe papel mais, na Ouvidoria. Existe papel somente para quando tem... Porque a Ouvidoria da Defensoria recebe reclamações, denúncias, elogios, sugestões de tudo, não só da Defensoria. Porque a minha resolução diz o seguinte: se eu receber alguma reclamação, elogio ou lá o que for de outros órgãos, que eu tenho que encaminhar para esses órgãos competentes. E isso eu faço. Então, têm lugares que não têm e-mail, não têm Ouvidoria, aí tem que ser no papel mesmo. E outros, por conveniência, eu também mando no papel, como, por exemplo, quando reclama da morosidade de um processo e não é culpa do defensor, mas sim do funcionário, que não leva à conclusão esse processo, que não expede um ofício, e a coisa fica emperrada por conta do Judiciário. Então, a reclamação foi para o defensor, mas não pertence a ele; pertence ao Poder Judiciário. Então nós temos, acessando o Tribunal de Justiça, o e-mail do cartório. Só que eu penso assim: “Será se o juiz vai tomar conhecimento disso?” E eu sou cricri. Aí, manda por e-mail, mas eu também faço questão de imprimir aquela reclamação e mandar em correspondência sigilosa para o juiz, porque aí eu tenho a certeza que ele vai receber, ou a secretária, ou, pelo menos, eu me satisfaço, achando que vai chegar nas mãos dele. Então, quando eu fui para a Ouvidoria, eu já fui com o sistema praticamente pronto, já bem alinhavado. Eu só não levei ele pronto porque, até a minha eleição e nomeação... Eu tomei posse em março, e eu achei... Porque eu sabia que a colega que estava substituindo interinamente esse defensor que morreu, que era o ouvidor anterior, que foi inclusive examinador da minha prova oral, fez parte da banca, esse ouvidor que morreu... Ela se candidatou, e ela não entrou, e eu... Era uma defensora já aposentada, e eu achei que não seria cordial da minha parte eu ir para a Ouvidoria com ela lá dentro e querer saber como é que era o funcionamento, para fazer o sistema. Então esperei eu tomar posse no dia 8 de março, mas já estava desenvolvendo o sistema. Porque eu tinha noção daquilo que eu queria, não daquilo que eu... daquilo que eu ia encontrar, eu tinha noção, mas eu sabia o que eu queria. Então, quando eu cheguei lá em março, levei esse funcionário para acabar de desenvolver o sistema, e em início de maio o sistema já estava funcionando. Então acabou o papel; é tudo eletrônico. Eu recebo... Nós temos três canais dialógicos com o assistido, que é o 0800; que é o presencial, uma vez por semana; e o do *site*, também, o *site* da Defensoria. Só que o *site* da Defensoria, eu esbarrei num outro problema, depois que eu consegui desenvolver tudo isso lá dentro. Eu falei assim: “Caramba! Eu vou ficar sempre pedindo um funcionário da informática, para colocar isso ou aquilo dentro do *site* da Defensoria, e tem que pedir

autorização ao defensor geral. Não estou gostando disso”. Eu gosto da minha independência. Aí, em outubro do ano passado, eu tirei férias, e eu fui para o Google e falei assim: “Tio Google, como fazer um *site*?”. [risos] E veio... Eu sou uma bem-aventurada! Aí veio aquilo de bandeja, pronto: como fazer um *site*.

M.F. – Com o Wix?

D.B. – Não. Foi o Webnode. Eu falei assim: “Caramba! Não acredito! É só eu botar isso aqui!”. E o visual, tinha vários. O que eu quisesse, eu ia fazer.

M.F. – Genial!

D.B. – E eu fiquei feliz da vida. “Oba! É isso que eu quero para mim!” E comecei a fazer o *site*. E eu tenho o *site*. Aí nós fomos... Aí eu conversei com o Nilson, é óbvio, porque esse *site* seria meu, mas o da Defensoria é do defensor geral. Eu disse: “Nilson, olha aqui o que eu fiz. O que você acha?”. “Legal! Bacana! Ninguém teve a ideia disso.” “Sim. Mas eu sou paga para ter ideias”, brincando e tal. E falei: “Agora eu quero, isso eu sei que é possível, eu linkar ele no *site* da Defensoria, para, quando clicar lá Ouvidoria, dentro do *site* da Defensoria, direcionar para mim”. E isso que acontece. Então eu tenho o Fale Conosco, aonde o cidadão pode entrar no *site* da Defensoria e clicar e ele tem o formulário que ele preenche, ele mesmo digita ali. E coloquei algumas coisinhas importantes, como, por exemplo, o CPF do cidadão, para que, se eu desconfiar daquela denúncia, eu possa ver se aquela pessoa existe ou se ela não existe. São coisinhas obrigatórias que ele tem que preencher. E se o cidadão quiser manter o sigilo, só pessoalmente. Porque eu percebi que, antes, se recebia denúncias anônimas, e estava virando um disque-vingança. E eu falei: “Não”. A gente tem um faro. Você sente ali quando aquilo é uma reclamação de alguém que está buscando realmente um atendimento, um bom atendimento, ou uma pessoa que esteja ali querendo prejudicar alguém. Aí temos esse Fale Conosco; o 0800; e o presencial. Eu recebo mais ou menos umas 80 a 100 demandas diárias.

T.M. – Diárias?

D.B. – Diárias.

M.F. – De todos esses meios?

D.B. – É.

M.F. – *Site*, mais telefone...

D.B. – Mais telefone. Esse aqui é a estatística de 2014. Só trouxe aqui... Esse sistema da Ouvidoria, no final... Porque eu tenho que entregar um relatório todo final de ano. Ele me traz aquelas pizzas já.

M.F. – A quantidade de acesso, a quantidade...

D.B. – Tudo, tudo. Eu só tirei dois aqui para vocês verem, porque eu achei interessante. Tem aqui: protocolar... Esse é de 2014. São esses meses só. São as formas que eu recebo: protocolar, presencial, Fale Conosco e telefônico.

M.F. – Engraçado, telefone ainda é o maior, não é?

D.B. – É o maior. Telefônico ainda é o maior. Esse aí é de 2014, o mês de janeiro, fevereiro, março, abril e maio. Foram cinco meses bem mortos, porque nós tivemos, em abril, um monte de feriado; tivemos o Carnaval...

M.F. – Abril não aconteceu. Esse ano ainda não aconteceu.

D.B. – Só em julho que vai acontecer. E aqui são as demandas que mais...

T.M. – Isso é que eu ia perguntar.

D.B. – Tem sugestão, elogio, ligação para o número errado – isso é importante, a gente também vê, porque às vezes aparece no final uma quantidade enorme, mas que não era para a gente, a pessoa errou, no 0800...

M.F. – Caramba! É bastante.

D.B. – Aí eu não sei quanto que deu. Porque eu estou aqui com o ano passado.

M.F. – Aqui deu, olha só, 2,55%. É muito, não é?

D.B. – É muito, exatamente.

M.F. – Imagino que também... É possível que muitas pessoas mudem de ideia.

D.B. – Ah! Pode também ser.

T.M. – Pode ser.

M.F. – Bate um medo.

D.B. – Quando vê que tem que botar nome e não sei o quê, ele diz: “Não, liguei errado”. Têm muitas coisas... Você vê que aqui... Estou aqui com o do ano passado, de quando eu entrei até dezembro. Esse aí é só desse período desse ano, são cinco meses apenas. Eu tenho aqui, por exemplo, de reclamação do ano passado, 3.687. Isso da minha gestão para cá. Agora, tem muita coisa que não... No total, deu 10.265. Reclamações, 3.687, aqui. Agora, obter assistência jurídica, 2.625. Muitas pessoas ligam para lá para se informar, coisa que não seria atribuição da Ouvidoria. A Ouvidoria não foi criada para isso. Não é um SAC, não é Serviço de Atendimento ao Cliente. Não é. A Ouvidoria, o papel da Ouvidoria é outro que não esse. E nós temos o 129. O 129 é a Central de Relacionamento com o Cidadão.

M.F. – Que é da Defensoria.

D.B. – Que é da Defensoria. Porque ali você liga para dizer: “Ah, eu queria... Eu quero me separar do meu marido, como é que eu faço?”. “Ah, você vai ter que ir no núcleo tal, levar a documentação X, os dias que atende são esses”, dar esse tipo de informação que, muitas vezes, eles vêm procurar na Ouvidoria. Então você vê, aqui, no ano passado, agendar atendimento com o núcleo, 681 pessoas. Muita coisa. Andamento do atendimento, saber o andamento de processo, 1.265, aqui. Então tem... Se vocês quiserem ficar com isso...

T.M. – Mas é atribuição da Ouvidoria, agendar atendimento ao núcleo?

D.B. – Não.

M.F. – Também não.

D.B. – A obrigação da Defensoria está aqui na nossa resolução: “A Ouvidoria Geral da Defensoria Pública [do Estado] do Rio de Janeiro tem por objetivo contribuir para o aperfeiçoamento e a melhoria dos padrões e mecanismos de eficiência dos serviços e das atividades desenvolvidas pela instituição. A Ouvidoria detém...”. Aí é a parte da independência funcional da Ouvidoria. Então, aqui, a gente... “Compete à Ouvidoria: receber denúncias, reclamações, críticas, comentários, elogios, pedidos de providências, sugestões e quaisquer outros expedientes que lhe sejam encaminhados acerca dos serviços e atividades desenvolvidas pela Defensoria Pública, seus membros e servidores”. Então, é elogio, é crítica, é reclamação; não pedir agendamento.

T.M. – Não. Pois é.

D.B. – Não é. Mas eles ligam, porque...

T.M. – Aí direciona e informa.

D.B. – ...porque fazem confusão. Aí a gente... E também, lá com a gente é mais fácil, mais rápido do que com o 129. O 129 recebe 60 mil ligações. Então, você liga para lá, vai dar ocupado. Se você botar um batalhão de pessoas lá...

T.M. – Vai congestionar.

M.F. – Ainda assim vai dar ocupado.

D.B. – Vai dar ocupado.

T.M. – Agora, eu tenho uma pergunta: sendo a Ouvidoria esse canal para receber sugestões, críticas etc., tem alguma coisa que vocês já tenham recebido, seja como sugestão ou crítica, não importa, mas que tenha chegado por meio da Ouvidoria e que tenha realmente sido posto em prática na Defensoria?

D.B. – Tenha sido colocado em prática?

T.M. – É, a partir do momento que chegou para vocês.

D.B. – Sim. O aprimoramento do próprio 129.

T.M. – Olha!

D.B. – Porque, quando chegou no final do ano, eu fiz um relatório para o doutor Nilson e sugeri algumas coisas, como, por exemplo... Eu sempre estou sugerindo isso. Quando eu vejo que tem muita reclamação de determinados órgãos... Uma pessoa reclama, é uma situação. Duas três, quatro, cinco, dez, aí você diz: “Opa! Tem alguma coisa errada ali”. E a reclamação é a mesma: quis falar com o defensor, o defensor não estava. Aí você começa a ver as respostas. O que acontece? Nós temos lá um sistema que não tinha. Chegam essas reclamações por esses canais dialógicos... Antigamente eram os funcionários processantes, que são três, que iam ver se registrava. Eles que iam medir isso. Mas eles não são defensores. Dois lá até são formados em direito, e um, que é excelente, é pedagogo. Eles é que viam o que era importante e o que não era. Eu disse: “Não, não pode ser assim”. Se achava que tinha que pedir informação para o defensor. Eu disse: “Não”. Peguei uma defensora, que é até do meu concurso, a Sônia, que está na ativa ainda, só que ela é de segundo grau, e mesclei um

outro que é defensor aposentado, tem a experiência dele de aposentado, e tenho mais duas defensoras, que estão com um probleminha de saúde e que foram trabalhar comigo na Ouvidoria. Então eu estou com um aposentado, uma defensora de segundo grau e **duas defensoras** de primeiro grau, que são até mais **novas** na instituição do que eu. Então, essa que é mais antiga, ela passou a fazer a triagem. Todas as reclamações vão para ela, ela lê e vê se precisa de uma manifestação, de uma resposta, um pedido de informação do defensor. Se a gente mandar tudo – antigamente mandava tudo –, o defensor não ia fazer outra coisa, o defensor ficava aborrecido com isso.

M.F. – É lógico.

D.B. – E no início era assim mesmo. Aí eles começaram a reclamar. Eu disse: “Poxa! Faz sentido. Vamos filtrar isso, vamos resolver”. Então a Sônia faz a primeira leitura. Têm coisas que, realmente, precisa da informação do defensor. Aí vai esse pedido de informação – tudo pelo sistema –, e o defensor, do outro lado, pelo e-mail dele, ele tem acesso à reclamação, a tudo que foi feito, e ele responde. Então, quando ele responde, você sente... você consegue entender este defensor, se ele está respondendo com raiva porque ele é grosseiro ou se ele está respondendo grosseiramente porque ele ficou magoado com a parte, porque ele atende muito bem a parte, ou se ele está... [Bate uma mão na outra, produzindo um som para indicar que tanto faz.] Entendeu? Aí eu faço um levantamento. Porque ele diz: “Não, porque eu estou acumulando, não sei o quê”. Aí eu vou lá no setor que é de... Chama-se **Comov**, que é uma central que, vamos dizer assim, que faz as designações, espalha os defensores nos órgãos de atuação. “Vem cá, fulano...?” “Não, ele pediu para acumular.” Aí eu vou lá: “Olha, sugiro que ele não acumule”. Ele vai perder sete mil reais do salário dele. Eu sugiro que ele não acumule, porque ele não está atendendo da forma como ele deveria. Ora, se você está acumulando, você não pode atender no mesmo horário que você atenderia se você não estivesse acumulando. Você está ganhando mais, então, você tem que trabalhar mais. Estou errada?

M.F. – Não, de maneira alguma.

T.M. – É claro que não.

D.B. – Não é? Aí eu vou lá no Nilson e sugiro a ele: “Olha, Nilson, essa pessoa não tem condições de acumular, não, porque ela está fazendo o mesmo horário e não quer trabalhar uma quantidade... Se ela ganha um terço, ela tem que trabalhar, pelo menos, mais um terço. Olha só quantas reclamações”. Isso tudo, assim, de uma forma amistosa com ele, entendeu? E a gente chega num denominador comum. Aí chama lá: “Olha, o fulano não tem condições de acumular, porque está provocando isso”. Então já me ouviu muito, em muitas coisas que eu já levei para ele e que... O 129 foi um caso que eu levei. Falei: “Tem que botar mais gente. Não tem condições. Esse é o cartão de visita da Defensoria, que está sendo denegrido”. Eu sei dos problemas que existem, porque isso representa aumento de despesa: você tem que botar mais estagiários...

M.F. – É uma relação custo/benefício.

D.B. – Porque não pode ser funcionário. Porque quem atende não pode praticar a atividade-fim, que é do defensor público. Então tem que ser estagiário. Porque um funcionário não pode substituir um defensor. Agora, um estagiário, sendo comandado por defensor, ele pode substituir entre aspas, em informação. Então tem todas essas coisas que até colegas nossos não... não cai a ficha, não sabe. Aí criticam. Só que não sabem. E assistidos também. Porque nós não temos... Quem paga é o Fundo. Quem paga o estagiário é o Fundo da Defensoria. Não é verba pública – pública no sentido de ser repassado do governo do estado para a gente. Porque existe um percentual que todas as vezes que você tem condições, vai distribuir um processo, vai lavrar uma escritura, vai lavrar uma procuração, um percentual daquilo ali sai para a Defensoria, como sai também para a Procuradoria. Para todos os órgãos sai. E a Defensoria vive desse Fundo. Somente os salários dos defensores é que são pagos pelo governo do estado e os salários dos funcionários. Do estagiário, não. Então, se você... uma caneta que compra ali é dinheiro da Defensoria, do Fundo. E ainda não existe essa... Por isso que eu digo, a grande expectativa que eu tenho para o futuro são os colegas mais jovens sensibilizarem o poder público, os nossos governantes, de entender isso e abrir um pouco mais a mão para a gente.

M.F. – E a questão da autonomia financeira? Muitas pessoas tocaram nesse ponto, como esse ponto seria um ponto importante, também.

D.B. – Sim, sim. É o chamado duodécimo. É o repasse de verba em cima da arrecadação, que nem o Ministério Público tem e a magistratura tem.

M.F. – Exatamente. Para vocês se administrarem.

D.B. – Exatamente. Aí fica mais fácil. Porque é um valor extraordinário, não é?

M.F. – Sim. Mas com a autonomia financeira, quando a gente fala isso, a gente também está falando dos próprios salários dos funcionários. Ou não?

D.B. – Sim. Tudo.

M.F. – Sim. Eles repassam para vocês e vocês administram o que já era...

D.B. – Não, não. Eles não repassam o dinheiro, não.

M.F. – Não?

D.B. – Não. Você tem 20 funcionários, o salário dos 20 funcionários, a Seplag, que é...

M.F. – A Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão.

D.B. – [A Seplag] que paga os funcionários. Esse dinheiro não é repassado.

M.F. – Mas, com a autonomia financeira, ele deveria ser.

D.B. – Aí seríamos nós que iríamos rodar uma folha de pagamento, tudo isso. Ficaria mais fácil. E não é só isso. Não basta ter autonomia financeira sem o repasse da verba.

M.F. – É verdade.

D.B. – Aí nós só temos autonomia administrativa. Sem o repasse não adianta. Tem dois lados isso. Pode também o governo chegar... “Você quer isso, não é? Então toma aqui. Tem 100 mil reais. Se vira com isso aí.” Entendeu? Então tem que ter... Aí é a questão política. Cabe ao defensor geral fazer toda essa...

M.F. – O meio de campo.

D.B. – Que é complicadíssimo.

M.F. – Ah, com certeza!

D.B. – É muito complicado. Porque outros órgãos têm o poder da caneta, que nós não temos, infelizmente.

M.F. – Mas é nisso que a autonomia financeira também dá uma... coloca uma... dá um pouquinho mais de tinta aí...

D.B. – Dá um pouquinho mais de tinta.

M.F. – ...para a autonomia... para a caneta.

D.B. – Exatamente. Exatamente.

M.F. – Pois é.

D.B. – Respondi o que você queria? Consegui responder?

T.M. – Conseguiu. Só uma dúvida pontual, mesmo: a Ouvidoria também tem uma relação estreita com a Corregedoria? Ou não?

D.B. – Quando eu cheguei lá na Defensoria, ela tinha uma relação muito estreita. Ela era a sala de visita da Corregedoria. E eu falei assim: “Não, nada a ver”. Eu mando expediente para a Corregedoria, mas eu não substituo a Corregedoria, porque eu não tenho poder correcional. A Ouvidoria passa a ser forte se ela tem uma Corregedoria forte, porque você tem que dar uma resposta para o cidadão. Uma pessoa que é destrutada, você que é uma usuária do serviço público, quando você é destrutada e você reclama, você tem que ter um retorno. Você não reclamou por reclamar, você quer um retorno daquilo ali, aquela melhoria que você reclamou. E quando a Corregedoria não age, realmente enfraquece a Ouvidoria. Agora, algumas coisas, depois que eu fui para lá, melhorou bastante, porque a Corregedoria não atendia ninguém. E eu falei assim: “Não”. O que é que eu faço? A pessoa liga para mim, liga lá para a Ouvidoria e reclama, e o assunto, quando eu encaminho para os órgãos competentes, acabou, eu arquivou. Não adianta reclamar mais comigo, ela tem que reclamar de quem vai dar a solução. Aí eu coloco lá: “Encaminhado para a Corregedoria, onde Vossa Senhoria poderá acompanhar através dos telefones tais ou pessoalmente, na avenida Marechal Câmara, 314”. Aí, no início, eles batiam lá e eles não queriam atender. Aí eu peguei pela mão e falei: “Não, olha só, vocês têm que atender, sim. Vocês não podem se negar a atender”. Então eles me têm meio na garganta. Porque tem que atender, cara! A gente... Cada um tem que desenvolver, não é ficar ali fazendo processinho e passando a mão na cabeça dos outros. Não é que eu seja cruel, querer punir ninguém. Não é mandar um defensor embora. Mas merece... E se isso não acontece quando o defensor está iniciando, ele vai continuar na instituição, depois que passa o período probatório, cheio de vícios.

T.M. – Tem um peso educativo, também.

D.B. – Exatamente. Então, a Ouvidoria não tem poder correcional. Então, ela se fortalece na medida em que ela encontra eco na Corregedoria, mas ela tem autonomia da Corregedoria. A Ouvidoria, também, ela faz parte da Administração Superior, a partir do momento em que ela também tem voz. Ela não tem o poder da caneta. Nas reuniões do Conselho Superior... Isso por imposição de lei. Não é nem por gosto do Nilson; é imposição legal, mesmo. Ela faz parte das reuniões do Conselho Superior, onde os rumos da Defensoria Pública, em muitos aspectos, são lá traçados. Eu não tenho direito a voto, mas eu tenho direito à voz, que nem a Associação também fica com o direito de voz. Ela não tem direito de voto, mas ela também

expõe a opinião dela diante daquele fato que é levado para o Conselho. Então, o primordial da Ouvidoria é otimizar os serviços prestados à população e ser um elo entre o cidadão e a instituição. Você otimizando a instituição, você está otimizando o serviço. E o assistido, que está na outra ponta, ele vai receber todos esses benefícios do crescimento institucional. Então eu acho que o papel da Ouvidoria é esse: é otimizar os serviços, ser esse elo entre o assistido e a instituição, mediar isso. Há pouco tempo, eu fiz um convênio com a Polícia Técnica, que são os peritos, porque eu percebi... No período que eu dei aula, eu fui coordenadora, um pedacinho, quando a nossa coordenadora da Veiga saiu, a Flávia. Ela até é juíza. Ela trabalhou aqui – não sei se ela ainda está aqui na Fundação –, coordenando alguma pós-graduação, alguma coisa aí. Ela saiu, aí me colocaram lá no lugar dela. Eu falei: “Eu só posso ficar um pouquinho, até vocês arrumarem uma pessoa, porque eu não tenho condições de ficar aqui porque eu sou defensora”. E eu dava aula. E eu percebi, naquele período, que não tinha, na grade da universidade, uma matéria primordial para quem trabalha no crime, especialmente no Tribunal do Júri, que se chama medicina legal. E, quando eu estudei, era uma matéria obrigatória; depois ela passou a ser eletiva. E, por eu atuar no crime, no Júri, eu vi como essas pessoas que não tinham a formação não tinham conhecimento de fazer um júri técnico. Era só emocional. E isso não é justiça. Você pode permear com o emocional, é lógico, mas você não pode dizer que uma pessoa morreu estrangulada, quando todas as características da lesão... não era estrangulamento; era enforcamento. E é na medicina legal que você encontra essas respostas. Ninguém adivinha se o cara atirou à média distância, à curta distância ou encostado. Não é adivinhação; é o ferimento que traduz aquilo para o perito. E tem uma garotada nova. O que é que eu fiz? Eu conversei com a chefe da perícia, tanto de medicina legal, lá no Instituto Médico Legal, e no Instituto de Criminalística Carlos Éboli...

T.M. – ICCE.

D.B. – O ICCE. Então eu levei eles para lá e eles fizeram palestras, durante um mês, para a gente, uma vez na semana, em um assunto diferente. Então, qual foi a minha contribuição? A Ouvidoria contribuindo para o aperfeiçoamento do defensor público, que vai prestar esse serviço para o cidadão. Então, por uma via transversa, o cidadão vai colher esses frutos que a Ouvidoria investiu no defensor. Então, isso, eu acho que é um mecanismo que a gente pode

fazer, sem precisar só criticar ou querer impor. Porque eu vejo outras Ouvidorias – a única é no Rio de Janeiro, que é defensor –, o embate. O embate não leva a lugar nenhum. Porque se eu for ter embates fortes com o defensor público geral, ele vai dizer assim para mim: “*Tá legal. Então você se vira*”. Os funcionários que eu tenho lá são da Defensoria; o carro que eu tenho, da Ouvidoria, é da Defensoria. O que é que eu vou fazer? Quando fizeram a lei, por um acaso falaram que a Ouvidoria ia ter um orçamento *X*? Não. E não é só aqui – é lei federal –, é em todos os estados. E fica aquele embate político, politizado demais. Eu falo muito, mas eu sou objetiva. Vou falar que eu sou objetiva, vocês vão dizer: “*Poxa! Você fala pra caramba. Como é que você vai dizer que você é objetiva?*”. [risos] Mas eu sou. Eu só falo muito porque tem muita coisa para falar, mas eu sou muito objetiva. Eu não quero... O que eu quero é o fruto que você vai colher. O que você vai plantar, como que você vai adubar, para aquele fruto nascer bonito, cheiroso e gostoso, para eu dar para aquele que precisa. Então eu vejo muitos embates de Ouvidoria. É muita filosofia e pouca praticidade. E eu acho que o pobre, o necessitado... Já dizia o Betinho: “*Quem tem fome tem pressa*”. Então você não vai ficar querendo falar que uma roda melhor vai ser quadrada, do que a que já tem. Não vai levar a lugar nenhum, porque não existe roda quadrada nem vai existir. A roda é redonda, não tem jeito. E eu tracei esse caminho da conciliação, ao invés do embate, e eu acho que, no final, está sendo muito mais produtivo do que em outros lugares aonde esses movimentos sociais... Porque eles gostam de embate. Você vê que até mesmo os partidos políticos ligados a esse tipo de... é ir para a rua, é Sem-Teto, sem isso, sem aquilo, para quebrar as coisas. Não, gente, vamos tentar... Acho que o motorista de ônibus não precisa quebrar ônibus para fazer greve; basta ele cruzar os braços que não vai ter ônibus na rua. Para que ele precisa quebrar? A democracia é só para ele? O outro não tem o direito democrático de sair para dirigir o ônibus? Então, basta ele ficar dentro da garagem que não vai sair ônibus, [basta ficar] de braço cruzado. Não precisa disso. E a gente ainda vê muita gente trabalhando com esse sentimento que... Eu te falei, aquele rapaz falou um monte de besteira, hoje mais cedo, para mim. Porque o ser humano está muito revoltado com mil coisas: ele não tem uma assistência médica decente, ele não tem um transporte decente, ele não tem um salário decente. A maioria não tem nada disso. Então, qualquer riscadinha de um fosforozinho explode tudo. É fácil você incitar as pessoas, é muito fácil, porque as pessoas vivem num clima já de panela de pressão mesmo. Mas e aí, o que você quer saber mais?

T.M. – Ah, eu estou bem, eu acho.

M.F. – Eu estou feliz, também.

T.M. – Tem alguma coisa que a senhora queira acrescentar, doutora Darci?

D.B. – Eu acho que... Vocês estão dizendo que estão felizes com isso; eu, muito mais ainda, de falar de quem eu mais amo na vida, que é a Defensoria. A Defensoria só me deu prazer, só me deu alegria, me ajudou muito... Eu passei a ser numa pessoa conhecida. Em épocas que eu precisei financeiramente, eu completei meu salário dando aula, e foi a Defensoria Pública que me projetou. Eu não bati na porta de faculdade; a faculdade é que foi me buscar para eu dar aula. Então... Hoje, eu tenho colegas defensores que foram meus alunos.

T.M. – Que bacana!

D.B. – Então isso é... É bom você transmitir o seu conhecimento, você poder doar alguma coisa. Então, a Defensoria Pública é tudo de bom, é tudo de bom. [risos]

M.F. – MUITÍSSIMO obrigada.

T.M. – Obrigada.

D.B. – Espero que eu tenha contribuído.

M.F. – Imagina! Foi ótimo!

D.B. – Se vocês quiserem isso...

[FINAL DO DEPOIMENTO]